



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 3 de junho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Linhas Cruzadas	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Inclusão Digital	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Resposta	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Polêmica	6
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Motocicletas	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Guerra Fiscal	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
MP 517	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indústria	10
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Fieam premia no 47º Industrial do Ano	11
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
A CRITICA	
Em pratos limpos	12
OPINIÃO	
A CRITICA	
Sim & Não	13
OPINIÃO	
A CRITICA	
Importação	14
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	15
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	16
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Indústria vai R\$ 150 mi em PLR	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Resíduos de pescado atraem indústrias	18
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Resíduos de pescado atraem indústrias (continuação)	19
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO	
Decisão do STF é 'alento' para a indústria do Estado	20
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	21
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Inventivos	22
AMAZONAS	
AMAZONAS EM TEMPO	
Claro & Escuro.....	23
OPINIÃO	
MASKATE	
Produtos básicos impulsionam exportações	24
ECONOMIA	
MASKATE	
Produtos básicos impulsionam exportações (continuação)	25
ECONOMIA	
DEZ MINUTOS	
Artigo - José Ricardo	26

CAPA

Decisão do STF fortalece o Amazonas

O ponto positivo é que abre precedente forte e inibe empresários de procurarem governos de outros Estados pedindo isenção de ICMS

“Esse avanço do Supremo realmente deixa temerosos aqueles que estão fazendo hoje contrabando legalizado pelos Estados”, disse nesta quinta-feira (2) o governador Omar Aziz, sobre a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que tornou inconstitucional a norma que concedia

benefícios fiscais referentes ao recolhimento do ICMS em seis Estados e no Distrito Federal. Segundo ele, a indústria do Amazonas saiu fortalecida com a decisão, a medida pôe fim à “guerra fiscal” travada entre os Estados que concediam isenção do imposto à revelia da Constituição Federal. Pela manhã, o governador

assistiu à conclusão de mais uma importante fase da ponte sobre o Rio Negro, com o içamento da última das 52 aduelas do vão central da ponte, concluindo a ligação física das duas margens do rio, entre Manaus e Iranduba. “Eu diria que chegamos ao final da obra. As outras etapas a serem cumpridas são a iluminação e a construção

das defensas da ponte, já licitadas e com ordem de serviço dada”, destacou Omar Aziz. A tarde, o governador Omar Aziz retornou a Brasília para discutir com a presidenta Dilma Rousseff sobre os conflitos no campo na Amazônia, em reunião às 15h30, no Palácio do Planalto.

Editorial

Senado aprova MP que prejudica ZFM sem reação da bancada

A dupla de senadores estreatos do Amazonas teve de engolir seco e aceitar o ônus da situação de aliados do governo Dilma, diante da votação do projeto de conversão da MP 517/10, que reduziu a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins que incide sobre a venda de modems, bens de informática e automação produzidos no Brasil. Votaram contra a Zona Franca de Manaus e o Amazonas, que é o Estado atingido com a medida.

Com essa MP o governo brasileiro avança na contramão do mundo, ao instituir também o programa Renuclear (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares) desonerando O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o II (Imposto sobre Importação) para a aquisição de bens variados e materiais para a construção de usinas atômicas, num momento em que o mundo fica assustado e recua ante os perigos dessa energia.

Conforme noticia a Agência Senado, "outro benefício tributário estabelecido na proposição reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de modems (moduladores/demoduladores) em diversas modalidades. Essa medida tem por objetivo aumentar a oferta de acesso à banda larga no país até 2014 e foi considerada prejudicial ao Estado do Amazonas, uma vez que estende a outros Estados benefícios fiscais anteriormente

concedidos apenas à Zona Franca de Manaus".

Aos poucos, o governo federal vai encolhendo as chances do Polo Industrial de Manaus no setor de informática, diante da ausência de resistência política da bancada federal amazonense, cuja única manifestação a favor do Amazonas na noite de anteontem foi "apoiar" a votação em separado do artigo em referência, proposta de destaque que foi vencida por maioria em Plenário. E enquanto outros senadores como Cristóvam Buarque (PDT-DF) criticaram duramente a medida, os do Amazonas optaram pela estratégia do bloco governista de não se manifestar, ficando a defesa da MP exclusivamente a cargo do líder do governo e relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR).

Enquanto a presidenta Dilma nega que esteja prejudicando a Zona Franca, a cada medida fica mais curto o caminho para a extinção do setor de alta tecnologia em Manaus.

Linhas Cruzadas

RETORNO

Governador Omar Aziz voltou quinta-feira, às pressas, para Brasília, depois do retorno na quarta-feira à tarde. A informação é que ele foi convocado pela presidente Dilma para tratar de conflitos agrários no sul do Estado. Entre a vinda e a volta o Senado aprovou a MP517 que prejudica a ZFM, diante da passividade dos senadores do Amazonas.

Inclusão Digital

Praciano diz que MPs não excluem ZFM

O deputado Francisco Praciano disse que MP dos tablets e a nova MP 517/11 incluem a ZFM nos incentivos e revelou que pode ser o escolhido para relatar as MPs na Câmara

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

O deputado federal Francisco Praciano (PT) disse, nesta quinta-feira, ao *Jornal do Commercio* que a Medida Provisória 517/11, que prorroga a validade da RGR (Reserva Global de Reversão) por mais 25 anos e concede incentivos tributários a vários setores da economia, é mais um instrumento do governo Dilma Rousseff para consolidar o processo de inclusão digital de todo o país e segue a mesma lógica da MP 534, dos tablets, inserindo a ZFM (Zona Franca de Manaus) na produção de bens de informática. "As duas MPs possuem a mesma lógica e nos dão mais vantagens", afirma.

Segundo o representante petista, que considerou a possibilidade de vir a ser escolhido para relatar a MP dos tablets na Câmara Federal, com a MP 517, dentre outros objetivos, o governo expande o sistema Banda Larga no país "e o resultado é que teremos produtos como moldes comercializados a baixo

acordo com ele, nada devem temer da MP, mas, ao contrário, devem esperar benefícios como o uso da informática para consolidar o ensino médio e a telemedicina nas regiões rurais.

Sobre a condução do processo de tramitação da MP 534 na Câmara, o deputado diz que o seu nome está à disposição para relatar a matéria na Casa.

"Para mim, seria um imenso prazer, seria mais um amazonense com uma alta responsabilidade no Congresso em relação a essa questão, a exemplo do senador Eduardo Braga", salienta, informando já ter entregue a Braga emenda de sua autoria passando de 5% para 2% a regra de exigência para as em-

investirem em pesquisa.

Praciano explica que a sua proposta objetiva a criação de mais atrativos para as empresas cumprirem a legislação e investirem parte de seus lucros em pesquisas que valorizem as vocações regionais.

"A regra de aplicação de 5% dos lucros das empresas era dura demais e entendemos que a nossa proposta flexibiliza tudo, antes as empresas fugiam da lei e não aplicavam os recursos corretamente", detalha.

O parlamentar também comentou ao JOC os efeitos da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) declarando inconstitucional a guerra fiscal entre os Estados. Expressou que a decisão afeta os Estados do Sul e o Dis-

Amazonas.

Suframa

O deputado Francisco Praciano informou ao JOC que vai apresentar proposta na Câmara Federal proibindo o Ministério da Fazenda de contingenciar recursos regionais, o que deverá estabelecer o fim da retenção de mais de R1 bilhão da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) nos cofres federais.

Disse que vai apresentar a proposta durante as discussões sobre o orçamento federal para 2012 e esclareceu que lutará para que os projetos a serem contemplados com os recursos sejam submetidos ao CAS (Conselho de Administração da

José Ricardo quer mais debates sobre incentivos

Apesar dos rigores da Medida Provisória 534/11, que permite a produção de tablets em outras regiões do país, existe uma luz no fim do túnel para os atuais problemas da Zona Franca de Manaus, afirma o deputado José Ricardo (PT).

"É certo que a ZFM perdeu competitividade com a MP que privilegia os tablets em São Paulo e em outros pontos do país, mas se tivermos uma boa logística, rapidez tanto no recebimento do insumo quanto na entrega do produto final, teremos alguma condição de competir", diz o parlamentar; a favor de que a Assembleia Legislativa realize profundos debates sobre o assunto, a exemplo da audiência pública da próxima segunda-feira, quando os deputados poderão polemizar a ZFM com autoridades ligadas a Suframa, à Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e a outros segmentos industriais vinculados ao PIM.

O deputado, que é economista, vê alternativas para a indústria de componentes, a despeito da MP. Ele sustenta que a ZFM possui empresas com grande capacidade produtiva que podem fabricar, por exemplo, placas de circuito impresso e carregadores de baterias de telefones celulares.

"Claro que tudo isso exigirá volume, logística e bom preço para as nossas empresas competirem com as concorrentes, fabricantes de insumos em São Paulo e em outros Estados onde houver montadoras de tablets", analisa.

José Ricardo, entretanto, adverte sobre problemas que poderão surgir a partir de medidas do governo federal rela-

sobre Produtos Industrializados-IPI. "Recentemente, houve uma medida dessas, e, então, uma empresa de Manaus que for vender componente para um fabricante de tablet em São Paulo, se lá não houver também o crédito do IPI, a empresa daqui verá suas vantagens diminuídas", explica, ressaltando a necessidade de mais estudos sobre a questão. "Se não houver o crédito do IPI ninguém compra nada de ninguém", garante.

Para o parlamentar petista, os debates no âmbito da Assembleia Legislativa sobre o IPI, a questão dos tablets e as ameaças à ZFM ajudarão deputados e autoridades na busca de saídas para a preservação e o aperfeiçoamento do modelo de desenvolvimento industrial do Estado. Segundo ele, o debate em torno das questões que ultimamente agitaram a opinião pública local precisa se juntar a outras como a reforma tributária que, conforme ele, poderá ser mais prejudicial à ZFM do que a MP 534. Por isso, ele sugere que a ALE discuta a reforma e se manifeste sobre o ICMS cuja cobrança provavelmente não será feita mais de acordo com a origem, mas o destino do produto.

O ICMS, na opinião de José Ricardo, é um instrumento de peso para manter em Manaus as empresas da Zona Franca. "Se não houver incentivo a partir do ICMS, as empresas fogem, vão embora", comenta, justificando a necessidade dos debates para que se entenda que mais importante que a concessão de incentivos é o equilíbrio da alíquota. "Se a alíquota cair, perde-se competitividade",

Resposta

Deputado manda bilhete para Dilma cobrando benefícios ao Polo de Manaus

O bilhete escrito pela presidente da República Dilma Rousseff ao governador do Amazonas, Omar Aziz, garantindo que o Polo Industrial de Manaus não será prejudicado com a aprovação da Medida Provisória 534, não agradou ao deputado estadual Marcelo Ramos (PSB). Na opinião dele, a forma nada peculiar escolhida pela presidente foi uma provocação.

Como resposta, o parlamentar enviou nesta quinta-feira um bilhete endereçado ao gabinete da presidente, cobrando medidas concretas para a indústria do Amazonas. Para ele, a aprovação de uma MP que favorece a produção de tablets da empresa Foxconn

na cidade de Jundiaí (SP), em detrimento a Manaus, é uma traição ao Estado que deu a maior votação proporcional para a presidente nas eleições do ano passado.

“O governador foi até Brasília esperando um compromisso concreto do governo federal, e voltou de lá com um bilhete. Por isso estou mandando um outro bilhete de resposta. Queremos trocar o que Dilma enviou para o Amazonas por uma Medida Provisória que garanta os investimentos e os empregos no Polo Industrial de Manaus. Já que é assim que a presidente se comunica, usarei deste artifício”, comentou o parlamentar, durante seu discurso no

Plenário da Assembleia Legislativa do Estado.

Caos logístico

Mas o deputado acredita que a decisão de favorecer São Paulo na luta pela produção de tablets não é apenas política. Ele reconhece que Manaus vive um caos logístico, que diminui significativamente a competitividade do PIM. “Os chineses não queriam só a redução fiscal, mas portos, aeroportos, internet e energia elétrica, ou seja, tudo o que nós não temos – frisou Ramos, ressaltando que, do ponto de vista fiscal, sairia muito mais barato implantar a produção de tablets em Manaus”.

Polêmica

Omar volta a Brasília para mais um pleito

Desta vez, o governador quer discutir com a presidente Dilma os conflitos no campo na região

Após uma semana em Brasília para garantir junto ao governo federal e congresso medidas de proteção à Zona Franca de Manaus, o governador Omar Aziz está retomando nesta quinta-feira, dia 2 de junho, à capital federal para discutir com a presidente Dilma Rousseff sobre os conflitos no campo na Amazônia. Durante visita à ponte sobre o Rio Negro, nesta manhã, por ocasião da conclusão do último vão da obra, o governador disse que recebeu logo cedo um telefonema de Dilma convidando-o para uma reunião às 15h30, no Palácio do Planalto.

Também participam os governadores do Pará, Simão Jatene e de Rondônia, Confúcio Moura, Estados onde conflitos agrários resultaram na morte de três pessoas na semana passada. Um deles o agricultor Adelino Ramos, era líder do Movimento Camponês Carambiara, do Distrito de Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho (RO). Adelino também participava de movimentos no Sul do Amazonas, onde o avanço da fronteira agrícola coloca o Estado do Amazonas em estado de alerta em relação a possíveis conflitos entre fazendeiros e movimento de trabalhadores rurais. No Sudeste do Pará, o casal de agricultores, João Claudio e Maria do Espírito Santo, também foi morto a tiros semana passada.

De acordo com Omar

Aziz, os principais agravantes da violência no campo e em geral na Amazônia decorrem

Nas últimas semanas, dois casos de assassinatos cometidos no Norte cometeram o país

da falta de proteção das forças federais de segurança nas

fronteiras e de regularização fundiária. O governador disse que vai se posicionar sobre as duas questões com a presidente, que terá ao seu lado o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo. "É preciso que haja uma união entre Estados e governo federal para reforçar a segurança. Mas também é necessário haver política de desenvolvimento para estas regiões, principalmente em relação à regularização fundiária, onde está o principal motivo

do conflito agrário".

Sobre a questão fundiária, Omar Aziz defende que, a partir do momento em que se define que espaço é de quem, os conflitos tendem a acabar. "As pessoas estão disputando espaço de terra, o que gera conflito. Isso é a uma decisão que deve ser tomada em conjunto para que a gente possa não dar vazão à violência que está ceifando vidas em estados vizinhos, como Pará e Rondônia".

Motocicletas

Setor registra emplacamento recorde para o mês de maio

Segundo dados da Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares), maio registrou emplacamento de 171.314 motocicletas no país, o que representa uma elevação de 17,2% em relação a abril (146.124 unidades). O número é o maior já alcançado no mês em toda a história do setor duas rodas, ficando 3% acima do registrado em maio de 2008, o recorde anterior para o período.

Apesar do avanço quando comparado o total do mês, as vendas diárias registraram modesta evolução: apenas 1,3% acima de abril. Foram comercializadas diariamente 7.787 motocicletas, ante 7.690 no mês anterior.

“As restrições de crédito têm limitado bastante o crescimento do setor, mas as alternativas de modalidade de vendas, como o consórcio, corroboram para a recuperação do segmento. Estamos agora começando a nos recuperar dos efeitos da crise, mas ainda temos um longo caminho a seguir”, afirmou o presidente da entidade, Roberto Akiyama.

Diante deste cenário, a Abraciclo mantém a previsão de crescimento de 10% nas vendas e 12,5% na produção para 2011.

Guerra Fiscal

STF veda parcelamento de benefício fora do Confaz

Ministro Gilmar Mendes propôs ontem que o Supremo encontre uma nova forma de encaminhar ações que tratem de guerra fiscal.

Numa sinalização clara de que não vai admitir a guerra fiscal, o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou ontem 14 leis e decretos de sete Estados, que concediam incentivos e benefícios do ICMS a empresas localizadas em seus territórios. A Corte julgou mais de uma dezena de ações diretas de inconstitucionalidade (Adins), movidas pelos Estados para questionar benefícios concedidos por outras unidades da federação.

O julgamento reafirmou a jurisprudência da Corte, definindo que os Estados não podem conceder qualquer tipo de vantagem envolvendo o imposto sem convênio prévio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Foram derrubados programas de incentivos fiscais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Fe-

deral, que previam benefícios como redução da alíquota do ICMS, redução do saldo devedor do imposto e da base de cálculo em operações internas e interestaduais. Os programas envolviam mercadorias como máquinas e equipamentos usados em plataformas de petróleo, carros, querosene de avião, laticínios, carne e comestíveis resfriados.

A discussão tem como base uma alínea do artigo 155 da Constituição Federal, que atribui à lei complementar a função de regulamentar a forma em que os incentivos fiscais serão concedidos. A Lei Complementar nº 24, de 1975, diz que esses benefícios dependerão de convênio prévio do Confaz. Para atrair investimentos, os Estados vêm concedendo todo tipo de vantagem de forma unilateral, gerando questionamentos no Judiciário. Nas Adins levadas ao Supremo, alguns Estados alegaram que os benefícios concedidos eram, na verdade, uma espécie de legítima defesa, em razão das vantagens oferecidas por outros Estados.

MP 517

Mais incentivos fiscais a vários setores

Mais uma Medida Provisória aprovada no Senado deverá prejudicar a indústria do Amazonas

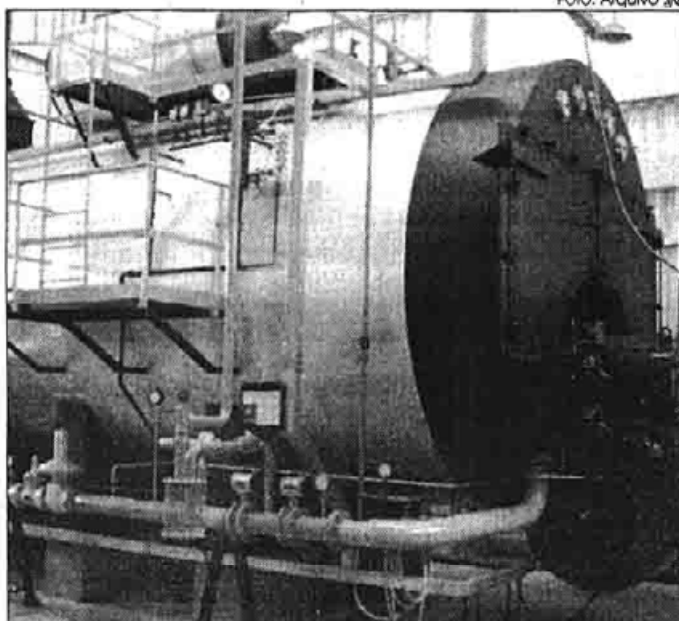
Foi aprovado nesta quarta-feira (1º) o Projeto de Lei de Conversão 13/10, decorrente da Medida Provisória 517/10, que concede incentivos fiscais a vários setores da economia. O projeto recebeu 43 votos favoráveis, 17 contrários e 3 abstenções.

A discussão da matéria contou com duras críticas da oposição e até de senadores de partidos que integram a base do governo, como Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF). A principal reclamação foi, mais uma vez, a diversidade de temas tratados nos 56 artigos da MP. Senadores questionaram também o mérito de vários dos itens da medida.

Os governistas optaram por não se manifestar. A defesa da MP 517/2010 foi feita apenas pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria.

"É uma matéria extremamente importante, que trata de diversos assuntos tributários e assuntos que dizem respeito à ação do governo, inclusive o Programa Luz para Todos. Portanto, o parecer é favorável quanto à constitucionalidade, à juridicidade e também quanto ao mérito", afirmou Jucá.

Entre os artigos da MP, dois instituem o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear). Por essas regras, as empresas habilitadas poderão adquirir, no mercado interno ou por importação, máquinas, equipamentos,



Uma das medidas aprovadas pelos senadores deve beneficiar usinas de gás natural participantes do PPT

aparelhos, instrumentos novos ou materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras de infraestrutura para geração de energia, sem o pagamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do II (Imposto sobre Importação). O benefício vale até 31 de dezembro de 2015 e o governo calcula que a renúncia tributária com esse regime será de R\$ 589 milhões.

O incentivo à produção de energia nuclear foi criticado pela oposição, que considerou a medida do governo um passo na "contaminação do mundo". Isso porque, depois do acidente nuclear provocado pelo terremoto no Japão, a produção de energia

nuclear começou a ser reduzida em boa parte dos países que a utilizam.

"O episódio no Japão foi tão grave que a Alemanha deu marcha ré dizendo que não vai mais mexer com esta matriz energética. O mundo hoje decide retroagir sobre energia nuclear. Pois esta medida provisória, em um de seus itens, institui regime especial de incentivos tributários para o desenvolvimento de usinas nuclear. Ao contrário do mundo inteiro, criamos um incentivo para criação de usina nuclear. É por meio de MP, o que demonstra a urgência e relevância do assunto", ironizou o líder do DEM, senador Demóstenes

Torres (GO).

Na Câmara dos Deputados, a proposta original enviada pelo Executivo, que tinha 20 artigos, recebeu outros 36. Entre as novidades estão a redução a zero das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) para venda de gás natural canalizado produzido pelas usinas participantes do PPT (Programa Prioritário de Termoeletricidade) e o perdão das dívidas relativas a esses tributos para fornecedores e distribuidores de gás natural.

Outro benefício tributário estabelecido na proposição reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de modems (moduladores/demoduladores) em diversas modalidades. Essa medida tem por objetivo aumentar a oferta de acesso à banda larga no país até 2014. O incentivo à banda larga foi considerado prejudicial ao estado do Amazonas, uma vez que estende a outros estados benefícios fiscais anteriormente concedidos apenas à Zona Franca de Manaus. A preocupação dos senadores da região é de que, com a medida, as indústrias migrem de Manaus para Estados da Região Sudeste.

A oposição rechaçou a medida e os senadores governistas Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (PMDB-AM) chegaram a apoiar a votação em separado deste artigo, mas o destaque foi rejeitado por maioria em Plenário.

Indústria

Condenação do STF à guerra fiscal fortalece o PIM, garante Omar Aziz

O governador Omar Aziz disse ontem que a indústria do Amazonas saiu fortalecida com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que tornou inconstitucional a norma que concedia benefícios fiscais referentes ao recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em oito unidades federativas. A medida põe fim à guerra fiscal travada entre os Estados que concediam isenção do imposto à revelia do governo federal, sem aprovação

do Confaz (Conselho Federal de Fazenda) e abre jurisprudência para os demais Estados.

Segundo Omar Aziz, a medida protege a ZFM (Zona Franca de Manaus) em um primeiro momento, mas o Governo do Estado continua atento à matéria do ICMS, por conta da Reforma Tributária, que também prega o fim da guerra fiscal, mas propõe acabar com o recolhimento do imposto na origem e não mais na fonte. Isso também afetaria a indústria local.

“O ponto positivo é que abre precedente forte e inibe empresários de procurarem outros Estados pedindo isenção de ICMS, que hoje é uma excepcionalidade da ZFM. Por outro lado, temos de manter a vigilância em relação à Reforma Tributária que, da forma como vem discutindo o ICMS, não é positiva para o PIM [Polo Industrial de Manaus]”.

Proteção ao Split

A medida vai ajudar a prote-

ger, de imediato, a produção de condicionador de ar Split e cerca de 7.000 empregos no PIM. É que os produtos estão entrando no Brasil por Santa Catarina e Espírito Santo, que concedem isenção de ICMS, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e II (Imposto de Importação) para aparelhos importados da China. A importação chinesa, segundo a Sefaz (Secretaria Estadual de Fazenda), já representa 65% do mercado consumidor nacional e já havia afetado a produção em

Manaus, com a dispensa de cerca de 160 trabalhadores.

“Esse avanço do Supremo realmente deixa temerosos aqueles que estão fazendo contrabando legalizado pelos Estados. Se não forem tomadas providências haverá desemprego em massa nesse setor”, alertou o governador.

Na última quarta-feira, 1º, a situação dos Splits havia sido relatada pelo governador e os parlamentares do Amazonas aos ministros do Desenvolvimento Indústria e Comércio,

Fernando Pimentel, e da Ciência e Tecnologia, Aluizio Mercadante, que prometeram tomar providências emergenciais em relação à matéria.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@jcam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

Fieam premia no 47º Industrial do Ano

Evento reconhece empreendedores e personalidades de destaque da indústria

A Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) realiza hoje, 3, a 47ª edição do Industrial do Ano. O evento reconhece empreendedores e personalidades de destaque, pelos relevantes serviços prestados a comunidade. "É um verdadeiro reconhecimento da indústria a pessoas e empresas que fazem a diferença, que são persistentes nos negócios e atividades que realizam", afirma o presidente da Fieam, Antonio Silva.

O empresário Nelson Azevedo receberá o título de Industrial do Ano 2011. Azevedo é diretor da Poliamazon Polimentos da Amazônia Ltda do setor de estamparia, soldagem e pintura e sócio da empresa Metal Alloy, do segmento de relógios. "Nelson é um líder nato e um industrial experiente. Aprendeu muito trabalhando na iniciativa privada, exercendo altos cargos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e é um empreendedor bem sucedido, além de grande companheiro nas lutas desta federação", explicou Antonio Silva.

O proprietário da Amazongreen Indústria e Comércio de Cosméticos e Perfumaria da Amazônia Ltda, Francisco Pontes de Aguiar, vai receber o título de Microindustrial do Ano 2011. A Fieam também vai destacar a Empresa Exportadora de 2010, Nokia do Brasil Tecnologia Ltda. A empresa receberá o título pelo nono ano. O arcebispo de Manaus Dom Luiz Soares Vieira, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell e o general do Exército Brasileiro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, receberam a medalha de Mérito Industrial.

Aromas da Amazônia

O empresário Francisco Pontes de Aguiar, 53 anos, proprietário da Amazongreen Indústria e Comércio de Cosméticos e Perfumaria da Amazônia é o Microindustrial 2011. Sua fábrica está instalada desde 2007 no Distrito

Industrial de Micro e Pequenas Empresas (DIMPE) e emprega 14 funcionários diretos. Segundo Francisco Pontes, a empresa vive momento de desafios e transformações. "Estamos montando uma nova linha de produtos na empresa", disse.

A Amazongreen produz perfumes, hidratantes, shampoos, máscaras capilares, sabonetes, entre outros. Tudo com conceito amazônico e aromas relacionados à região. "Nossos produtos são de alta qualidade e possuem embalagens premium, revestidas com folhas naturais, fruto de trabalho artesanal. São ótimas opções de presente e atraem muito os turistas", afirmou o empresário que exporta para França, Itália e Noruega. "Temos uma loja no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e fazemos sucesso também com japoneses e sulistas", detalhou.

A indústria trabalha em parceria com duas comunidades de Uricurituba e São Sebastião do Uatumã. "Nossas fitas olfativas são folhas naturais que passam por um processo de cozimento. Essas comunidades foram capacitadas para nos fornecer as folhas. É uma forma de movimentar a economia do interior do estado".

Focado também em produção de larga escala, a empresa se

as necessidades diárias da população", disse.

Industrial do Ano

O Industrial do Ano possui uma trajetória de sucesso no ramo industrial. Fruto de sua disciplina e inteligência, Nelson logo passou em um concurso público para ser fiscal da Secretaria de Fazenda. O que para muitos poderia ser o "emprego de uma vida inteira" para ele foi apenas o início de uma trajetória de sucesso. Passados três anos na secretaria pediu exoneração. "A iniciativa privada me oferecia oportunidades e decidi aceitar, contrariando uma porção de gente", relembra.

Ingressou na indústria Beta, do ramo de jóias e relógios, ao mesmo tempo em que aceitou coordenar a implantação da Utam (Universidade de Tecnologia da Amazônia).

Em agosto de 1998, nasceu a atual empresa de Nelson Azevedo que se chamava Metamagal, atuante no ramo de metalurgia e galvanização. A Poliamazon Polimentos da Amazônia, denominação atual, emprega 160 funcionários que atuam na estamparia, soldagem e pintura de gabinetes de condicionadores de ar da Electrolux, 115 itens das motocicletas Yamaha, cabos dos barbeadores Excel sensor da P&G e também carcaças dos motores da Weg. O empreendimento tem capacidade instalada para produção de 2 milhões de peças mensais.

As projeções para 2011 são muito positivas. "Fiquei muito surpreso e feliz com a homenagem. Sinto-me muito mais comprometido e pretendo honrar o título recebido pela Fieam e Cieam, elevando nossa categoria e defendendo o modelo Zona Franca de Manaus", observa

O proprietário da Amazon Green Indústria e Comércio de Cosméticos e Perfumaria da Amazônia, Francisco Pontes, vai receber o título de Microindustrial do Ano 2011

prepara para o desafio de lançar o portfólio de produtos Beauty be. "Serão 40 produtos em uma linha mais comercial, voltada para

Em pratos limpos

 Faz bem a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas em promover um levantamento completo e atualizado da condição de trabalhadores contratados em regime temporário pelas indústrias e pelo comércio em Manaus. Anúncio nesse sentido foi feito anteontem pelo titular do órgão, Alcino Vieira dos Santos, deixando escapar que há algo de estranho e equivocado nessa questão. Afinal, muito se fala dos empregos gerados pelas empresas incentivadas da Zona Franca de Manaus, por exemplo, mas pouco se discute seriamente a respeito do perfil das vagas criadas.

Fiscalizações preliminares realizadas pela SRTE mostram uma face nada boa de como esse processo vem-se dando, o que coloca em xeque inclusive a reputação de uma entidade sindical. Referimo-nos ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Metalurgia do Amazonas, filiado à Central Única dos Trabalhadores, citado pelo próprio Alcino Vieira dos Santos em duas oportunidades, nas últimas três semanas. Não é de bom tom que dúvidas continuem pairando sobre um mecanismo legal – a contratação temporária – sem que se faça por onde colocá-las em pratos limpos.

Nessa empreitada, obviamente, a responsabilidade maior é da SRTE e do próprio Ministério Público do Trabalho, o qual também já deu mostras de que não está nada satisfeito com o uso abusivo, por assim dizer, do instituto da contratação temporário no serviço público. Como o próprio nome diz, esse tipo de contratação encontra limites claros na legislação em que está consubstanciado, a Lei 6.019/74, regulamentada pelo Decreto 73.841/74, não dando margem a que se faça dele uso indevido. Trata-se de um tipo de trabalho para atender a necessidade transitória de substituição de

pessoal, regular e permanente, ou motivado pelo acréscimo extraordinário de serviços, pelo período não mais do que três meses, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado uma única vez. Mas isso exige que a prestadora de serviços tenha o aval da Delegacia Regional do Trabalho, conforme portaria 574, de 22 de novembro de 2007. Ora como em algumas indústrias e no comércio local esse tipo de contratação estaria comprometida por vícios e por distorções, nada mais justo que o órgão incumbido de fazer cumprir a lei se movimente nessa direção, doa em quem doer.

Sim & Não

Missiva Quem diria! Na moda do e-mail, a velha carta voltou forte. Depois do bilhete de Dilma ao ministro Aloizio Mercadante, ontem, foi a vez do deputado Marcelo Ramos (PSB) enviar uma missiva para a presidente da República.

E o mensageiro? No bilhete, Ramos diz: "Por favor, encaminhe um bilhete para o governador de SP e mande para o AM uma Medida Provisória que preserve os empregos e estimule novos investimentos no Polo Industrial de Manaus". Só não diz quem será o mensageiro.

Na bucha Sobre a cobrança

de nota técnica que recebeu do ministro Aloizio Mercadante, na quarta-feira, a titular da Suframa, Flávia Grosso, retrucou na bucha, que a autarquia faz parte do grupo técnico que discutiu o PPB da MP 534, o que lhe desobriga a emitir a nota.

Nota Mesmo desobrigada, a Suframa envia, hoje, uma nota ao ministro Aloizio Mercadante com dados sobre tablets e outros assuntos.

Consenso Ontem, Flávia explicou que a Suframa faz parte da comissão técnica junto com o MDIC e com o Ministério da Ciência e Tecnologia. "A elaboração do PPB foi um consenso entre os ministérios, Suframa e entidades de classe. Todos foram ouvidos no processo de discussão", disse.

Importação

Camex sobretaxa a borracha da Coreia do Sul

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aplicou por cinco anos uma sobretaxa às importações brasileiras de borracha de estireno e butadieno da Coreia do Sul, que estavam chegando ao Brasil com preço inferior àquele praticado no mercado coreano. A sobretaxa varia de US\$ 43,41 a US\$ 683,84 dependendo da empresa exportadora.

O dumping é considerado prática desleal de comércio. Por isso, o governo pode aplicar punições contra os exportadores para proteger a indústria nacional.

As borrachas são usadas na fabricação de pneus para veículos, bandas, solados, salto de sapatos, artigos esportivos, artigos cirúrgicos, revestimento de cilindros, borracha de apagar, artefatos moldados em geral, correias transportadoras, mangueiras, mangotes e tapetes. A denúncia foi feita pela empresa Lanxess em 5 de março de 2010.

A Camex também aplicou, provisoriamente, por seis meses, sobretaxas sobre as importações brasileiras de papel supercalandrado da França, Itália e Hungria. O valor das tarifas varia de US\$ 198,61 a US\$ 418,33 dependendo do país e da empresa exportadora. A denúncia de dumping foi feita pela MD Papéis, em 16 de dezembro de 2009. O papel é usado na fabricação de etiquetas, rótulos, filmes e fitas adesivas.

Júlio Ventilari

Primeira fabricante de triciclos na ZFM, a Motocar está apostando na cultura amazonense, patrocinando este ano as atividades dos Movimentos Marujada e Amigos do Garantido.

Contexto

Relatoria

O deputado federal Henrique Oliveira (PR) está no centro de uma grande articulação política para que ele assuma a relatoria da MP dos Tablets na Câmara.

A negociação é comandada pelo PR, mas conta com um considerável arco de alianças que, segundo ele, tem até mesmo o apoio do governador Omar Aziz. Enquanto o resultado não vem, Henrique Oliveira prepara a volta à TV.



Relatoria 2

Caso o deputado republicano seja confirmado como relator da matéria na Câmara, o Amazonas terá conquistado dois cargos fundamentais na condução da MP, uma vez que o senador Eduardo Braga (PMDB) conquistou a relatoria no Senado.

Caos logístico

O deputado Marcelo Ramos (PSB) Avalia que a preferência dos chineses por São Paulo para a produção de tablets decorre do caos logístico, que diminui significativamente a competitividade do PIM. "Os chineses não queriam só a redução fiscal, mas portos, aeroportos, internet e energia elétrica, ou seja, tudo o que nós não temos aqui".

Indústria vai R\$ 150 mi em PLR

ALYNE ARAÚJO

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

O pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) pelas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) deve somar um montante de R\$ 150 milhões até o fim do ano. O valor é 19,05% superior ao total pago em 2010, quando o benefício contabilizou R\$ 126 milhões. Em 2011, aproximadamente 65 mil trabalhadores serão agraciados com o dinheiro 'extra'.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas já efetuou negociações com quase 160 empresas do parque fabril local. A meta é que, em 2011, um total de 200 empresas feche os acordos de pagamento de PLR. Ano passado esse número era de 138.

A LG, por exemplo, garantiu ontem o pagamento do benefício. "No próximo dia 20, a fábrica vai pagar aos seus funcionários a primeira parcela, equivalente a R\$ 2,4 mil. O restante deve ser pago até dezembro para totalizar o valor de R\$ 3,7 mil", afirmou o presidente do sindicato, Valdemir Santana.

Samsung e Honda pagam bem

Além da LG, mais indústrias como Metal Fino, Denso, Showa, Yamaha, Philips, Sony e outras iniciaram as negociações. Assim como a LG, Samsung e Moto Honda estão entre as empresas que melhor pagam a PLR aos seus funcionários, segundo infor-

mou Santana.

No ano passado, a Samsung pagou PLR de aproximadamente R\$ 2,8 mil. Enquanto a Moto Honda contribuiu para os rendimentos dos trabalhadores com R\$ 2,3 mil. Já Nissan, Yamaha e Philips também estão entre as empresas que

dividem os lucros com os seus funcionários com valores entre R\$ 1,5 mil e R\$ 1,9 mil.

O valor pago varia de acordo com o faturamento da empresa, a aceitação no mercado pelo produto fabricado e a mobilização dos trabalhadores.

Resíduos de pescado atraem indústrias

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

O Amazonas tem tudo para se tornar um polo de beneficiamento de resíduos de pescado. No próximo ano, quatro empresas – de São Paulo e do Rio Grande do Sul – devem implantar unidades fabris para utilizar o material, hoje desperdiçado por produtores e feirantes. Adubos organominerais,

sapatos, bolsas e outros acessórios poderão sair das linhas produtivas das indústrias, segundo informações da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

Os resíduos de peixes amazônicos não atraem interesse somente de empresários do eixo Sul-Sudeste. Situada na cidade de Caruaru (PE), a Ecological Couros Ecológicos pretende, inicialmente, comprar a pele

de pescado aqui no Amazonas, para, posteriormente, estudar a instalação de uma fábrica no Estado. O insumo adquirido, em breve, vai servir para a produção de cintos, sapatos e tecidos com alto valor agregado na indústria do Nordeste.

A ideia foi apresentada pelo proprietário da Ecological, José Leal, ontem, na primeira edição do 'Encontro de Negócios para Aproveitamento de Resíduos Sólidos Orgânicos de Pescado, Mercados e Feiras', realizado no auditório da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam). O evento contou com

a participação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e da ADS.

O empresário informou que as conversas estão avançadas acerca dos produtores de pescado dos municípios de Fonte Boa (a 676 quilômetros de Manaus) e Maraã (a 632 quilômetros da capital amazonense) para fornecimento da pele de peixe. Segundo Leal, a partir de julho, a empresa deve começar a comprar o produto e levar para Pernambuco.

Leal destacou que, no período do defeso do peixe, a Ecological possui intuito de adquirir apro-

ximadamente 30 toneladas da matéria-prima dos seus produtos finais. Mas, a intenção do empresário não é apenas levar o insumo da região e fabricar o produto final em outro lugar.

De acordo com o José Leal, uma unidade industrial para processamento da pele de peixe está em fase de estudo. As duas opções para instalação dessa indústria, atualmente, são Fonte Boa e Manacapuru, porém a escolhida locais vão depender do resultado do levantamento de viabilidade econômica do projeto, realizado pelo Centro de Tecnologia de Couro e Cal-

çados (CTCC).

"Com essa indústria, pensamos em atender toda uma necessidade atual do setor de design, que vai consumir nosso couro e também de um mercado de produtos acabados (bolsas e sapatos, por exemplo). Como estamos em fase de estudos, ainda não fechamos os números de investimentos e de mão de obra. Pretendemos capacitar os ribeirinhos para trabalhar com o manuseio do couro", destacou o empresário, ao garantir que daqui a algum tempo poderemos ter uma produção de sapatos de luxo no Amazonas.

Resíduos de pescado atraem indústrias (continuação)

Investimento em pesquisa na área

À procura de alternativas para o setor, o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Nilson Luiz Carvalho, trabalha para montar um laboratório totalmente equipado para processar a pele de peixe e transformá-la em couro. "Quando finalizado, teremos capacidade de produzir uma diversidade grande de couros de várias cores", informou.

O laboratório possui um prazo até dezembro deste ano para sair do papel e deve funcionar em um galpão de 500 metros quadrado localizado na própria sede do Inpa. O projeto foi aprovado em 2008 pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com o aporte financeiro de R\$ 1,7 milhão.

Conforme o pesquisador, os profissionais do Inpa conseguiram desenvolver tecnologias para beneficiar a pele de peixes escamados ou não, como surubim, tambaqui e tucunaré, dentre outros. Segundo ele, algumas empresas já estão de olho e, incluindo a 'Couro d'água' e a 'Obsession', e a ideia seria incubar alguma indústria dentro do espaço, utilizando a técnica. "Existem empresas aqui que necessitam de matéria-prima (couro) e nós vamos poder montar parcerias para fornecer. Faríamos então o processamento do couro e depois dividiríamos uma porcentagem dos lucros", disse.

Em busca de alternativas para evitar o desperdício

De acordo com dados da ADS, a produção de pescado no Amazonas, atualmente, é de 150 mil até 180 mil toneladas por ano. Desse total, aproximadamente 12 mil toneladas passam pelas linhas de produção de uma indústria de beneficiamento e apenas 30% de todo pescado vira o filé consumido no mercado. A estimativa da agência é também de que apenas 5% do resto do peixe é aproveitado.

Foi dessa preocupação com o desperdício que a reunião foi montada. "Com esse encontro queremos aguçar o interesse de empresário do ramo para atuar no Amazonas, por isso, nós também convidamos uma empresa de São Paulo que trabalha com adubos orgânicos. Nossa in-

tenção é mostrar aos empresários o que esses resíduos representam em perdas e como transformá-los em produtos com alto valor agregado", comentou o presidente da ADS, Valdelino Cavalcante.

Uma das empresas que veio mostrar o trabalho feito com resíduos orgânicos é a Visa Fértil. Eles realizaram uma apresentação para atrair investidores amazonenses em trazer uma unidade da empresa para cá, ou montar uma estrutura parecida. "A ideia é criar interesse nos empresários locais em montar uma unidade de tratamento de resíduos. Para começar uma empresa do tipo, seriam necessários um investimento de, no mínimo, R\$ 2 milhões", ressaltou o diretor da Visa Fértil, Ulisses Girardi.



De acordo com o presidente da ADS, Valdelino Cavalcante, o evento foi para mostrar aos empresários que os resíduos podem se transformar em produtos

Decisão do STF é 'alento' para a indústria do Estado

VALÉRIA COSTA

Equipe do EM TEMPO

valeriacosta@emtempo.com.br

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na última quarta-feira, de derrubar leis estaduais de incentivo fiscais de Estados brasileiros traz um certo 'alento' ao Amazonas e, principalmente, ao Polo Industrial de Manaus (PIM), na avaliação de algumas autoridades amazonenses e de representantes da indústria local.

O governador Omar Aziz comemorou a decisão da corte do STF que, na sua avaliação, fortalece a indústria amazonense, principalmente a produção de condicionador de ar do tipo split, um dos produtos fabricados no PIM mais ameaçados pela guerra fiscal, uma vez que Estados como Santa Catarina e Espírito Santo concedem isenção de ICMS, de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Imposto de Importação (II) para aparelhos importados da China.

Na opinião do presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, a decisão do STF

é positiva, mas é preciso que seja respeitada. No âmbito da legalidade, o único Estado que tem autorização para conceder incentivos fiscais a empresas é o Amazonas, e a decisão do Supremo o favorece.

Na contramão, o economista Serafim Corrêa alerta que a medida vai acelerar a reforma

Governador do Amazonas, Omar Aziz, avaliou como positiva a decisão da corte do STF, anunciada na última quarta-feira

tributária em curso no Congresso Nacional, que é 'contrária ao Amazonas'. Segundo ele, há o desejo de se reduzir a alíquota do ICMS nas operações interestaduais, que hoje é entre 7% e 12%, para 2%, ao prejudicar a arrecadação estadual e 'quebrar o Estado'.

Com o fim da guerra fiscal, esses oito Estados: Minas Gerais,

Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará, Espírito Santo e Distrito Federal vão poder exigir esse imposto que deixou de ser arrecadado ao longo dos últimos anos, o que deverá gerar uma 'enorme confusão', disse Serafim.

Atenção aos desdobramentos

Para o economista José Alberto Machado, a decisão do STF, mesmo que em última instância, ainda não pode ser considerada como 'definitiva', haja vista muitos entendimentos e situações isoladas e particulares dos Estados envolvidos.

Machado afirmou que a decisão do Supremo não cria para o PIM e o Amazonas, em geral, nenhuma esperança concreta, visto que há 'certas realidades instaladas no país' e que seus efeitos acabem não se materializando para acabar com essas guerras fiscais.

Ele lembrou que Estados como São Paulo, que representa quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, que juntos somam quase 75% do PIB, têm peso bastante para criar obstáculos na economia como um todo.

CAPA

DISPUTA LIDERANÇAS EMPRESARIAIS AFIRMAM QUE DECISÃO DEVE GARANTIR VANTAGENS COMPETITIVAS DO AMAZONAS

Decisão do STF contra guerra fiscal protege emprego no PIM

AMAZONAS 6 | A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), contra a guerra fiscal travada pelos Estados, deve proteger de imediato os fabricantes de condicionadores de ar split do Polo Industrial de Manaus (PIM), que empregam 7 mil pessoas. A Constituição Federal diz que o Amazonas é o único Estado com prerrogativa de conceder incentivos fiscais.

Inventivos

Decisão do STF beneficia Amazonas

Beatriz Gomes
Da Redação
Manaus, Amazonas

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou leis e decretos de benefícios fiscais para Estados que alimentavam a guerra fiscal deve proteger de imediato a indústria local de condicionadores de ar split que emprega 7 mil pessoas. A sentença foi comemorada pela indústria, tributaristas e pelo Governo do Amazonas.

A sentença de quarta-feira beneficia a Zona Franca de Manaus (ZFM), pois segundo a Constituição, o Amazonas é o único Estado com prerrogativa de conceder incentivos fiscais. Para o consultor empresarial e advogado tributarista, Hamilton Caminha, a decisão é extremamente importante para o Amazonas, ao

recolocar a ZFM como única área onde os incentivos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos por lei estadual atendem à Constituição da República e, portanto, garante estabilidade jurídica para os investimentos atraídos por vantagens fiscais.

De acordo com o tributarista, a Constituição é muito clara quando estabelece que a concessão de benefícios fiscais é autorizada somente nos casos que tenham como finalidade a diminuição da desigualdade entre as regiões. A decisão, segundo Caminha, implica indiretamente na competitividade da ZFM.

São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, foram os Estados que tiveram as leis estaduais revogadas pelo STF.

Caminha destacou que al-

guns Estados atingidos pela decisão não precisam de incentivos para se desenvolver, pois já têm estrutura.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas (Sinaees), Wilson Périco, a decisão do STF garante muitas das vantagens comparativas que o Amazonas possuía antes da guerra fiscal.

"É motivo de muita alegria porque os nossos direitos foram respeitados e agora é esperar para ver como isso vai ser recebido e conduzido pelos Estados afetados", ressaltou.

Para o executivo resta uma dúvida: "Os tributos que deixaram de ser recolhidos nessa época

serão devolvidos pelos governos estaduais?", questionou.

Na avaliação do secretário-executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Thomaz Nogueira, a disputa fiscal envolve aspectos sociais e econômicos. "Essa guerra só existe porque não há um plano político de desenvolvimento regional para os Estados brasileiros. A guerra é consequência disso e não causa", ressaltou Nogueira. O secretário avaliou como positiva a decisão do STF que, segundo ele, está enfrentando a disputa fiscal.

Para o governador Omar Aziz a indústria do Amazonas saiu fortalecida, mas é preciso ficar atento à reforma tributária. "O ponto positivo é que abre precedente forte e ini-

be empresários de procurarem governos de outros Estados pedindo isenção de ICMS, que hoje é uma exceção da Zona Franca de Manaus. Por outro lado, temos que manter a vigilância em relação à reforma tributária que, da forma como vem discutindo o ICMS, não é positiva para o Polo Industrial de Manaus", disse.

Os condicionadores split entram no País por Santa Catarina e Espírito Santo que estão concedendo isenção de ICMS, de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Imposto de Importação (II) para aparelhos importados da China. A importação chinesa, segundo dados da Sefaz, representa 65% do mercado nacional, o que resultou na demissão de cerca de 160 trabalhadores em Manaus.

JUSTIÇA CORTA BENEFÍCIOS

14

Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) foram julgadas pelo STF, que mandou recado aos Estados para que deixem de aprovar leis com benefícios fiscais.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Claro & Escuro

Promessa é dívida

O governador Omar Aziz disse, ontem, ter recebido dos ministros Fernando Pimentel e Aluizio Mercadante a promessa de que, a partir de agora, o Amazonas será ouvido todas as vezes que o governo federal formular medida em relação à produção industrial brasileira.

Produtos básicos impulsionam exportações

- ✓ Dados foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento
- ✓ Tanto exportações quanto importações batem recorde histórico

Informações divulgadas nesta quarta-feira (1) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior revelam que os produtos básicos, como minério de ferro, grãos e petróleo bruto, continuaram a ganhar espaço na balança comercial brasileira, principalmente pelo aumento dos preços destes produtos no mercado externo. Nos cinco primeiros meses de 2011, o saldo comercial ficou positivo em US\$ 8,55 bilhões, com crescimento de 52,5% frente ao mesmo patamar do ano passado, quando o saldo somou US\$ 5,61 bilhões. No mês passado, segundo o Ministério do Desenvolvimento, tanto as exportações quanto as importações bateram recordes históricos. "Temos uma estrutura diversificada de parceiros comerciais, e também dos produtos exportados", afirmou o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira.

Produtos básicos impulsionam exportações (continuação)

Participação sobe

Com a forte elevação das vendas externas de produtos básicos, que crescem mais do que o dobro do que os industrializados, sua participação na pauta de exportações brasileira avançou de 43,1%, nos cinco primeiros meses de 2010, para 47,8% de todas as vendas ao exterior em

igual período deste ano. Já a participação dos industrializados na pauta do comércio exterior recuou de 54,7%, nos cinco primeiros meses do ano passado, para 50% em igual período deste ano. Desde 1979 que a participação dos industrializados nas exportações está acima dos básicos.

Cartão de crédito tem regras novas

O sonho de móveis e utensílios novos em casa virou pesadelo para a psicóloga Sabrina Campos Cordeiro Lima, de 28 anos, que mora em Belo Horizonte. Em 2010, ela comprou sofá, rack, carrinho de bebê, berço, roupas de cama e materiais de construção e parcelou as compras em cinco, dez e até 12 vezes no cartão de crédito. Na época, Sabrina era proprietária de uma loja de roupas femininas, mas precisou fechar as portas do negócio, o que fez com que a renda mensal minguasse, impossibilitando-a de pagar as prestações. Com a inadimplência, o valor da dívida, que era de R\$ 2.158 subiu, vertiginosamente, para R\$ 4.700.

Atualmente, com um novo emprego, ela pretende resolver a pendência, mas adiantou: "preciso negociar porque não tenho como pagar tudo de uma vez só". O cartão, por conta da falta de pagamento, está bloqueado. Mas, segundo Sabrina, depois de quitá-lo, disse que vai eliminá-lo. "Não quero mais cartão [de crédito] porque me deu muita dor de cabeça". Para coibir o tipo de situação vivida por Sabrina, o governo alterou uma série de regras dos cartões de crédito que entram em vigor nesta quarta-feira (1º). Os brasileiros gastam, por ano, cerca de R\$ 313,7 milhões no cartão de crédito, segundo Abecs.

Forte crescimento das vendas

Os números do governo mostram que as exportações de produtos básicos subiram 44,2% nos cinco primeiros meses deste ano, para US\$ 45,22 bilhões, contra US\$ 31,05 bilhões em igual período do ano passado. O crescimento foi de US\$ 14,1 bilhões. Ao mesmo tempo, as vendas externas de produtos industrializados subiram 18,7% de janeiro a maio deste ano, para US\$ 47,27 bilhões. Em igual período do ano passado, as exportações

de industrializados somaram US\$ 39,44 bilhões. A elevação, neste caso, foi de US\$ 7,8 bilhões. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, o preço das "commodities" (produtos básicos com cotação internacional) subiram bastante neste ano. O minério de ferro, por exemplo, está 46% mais caro do que em maio do ano passado, enquanto o preço do café em grão avançou 77%, o do petróleo subiu 44%, e o preço da soja avançou 32%.

Artigo - José Ricardo

ARTIGO

Além da ZFM!

JOSÉ RICARDO é economista e deputado estadual, deputado.josericardo@aleam.gov.br



A Zona Franca de Manaus é nossa principal atividade econômica, que hoje gera mais de 100 mil empregos diretos e cerca de 400 indiretos, sendo importante para a economia do Estado e para a melhoria de vida dos amazonenses, além de ser a principal fonte de arrecadação dos R\$ 10 bilhões de orçamento do governo estadual (valor para 2011) e que são investidos em construções de escolas, hospitais, avenidas, praças, universidade (UEA), programas sociais e outros.

No momento, fala-se bastante da fabricação do novo produto de informática, pequeno computador de mão (tablets), que não será fabricado na cidade, mas no Sudeste do País, onde se tem mais incentivos financeiros para esses produtos e melhor infraestrutura, como portos, aeroportos e estradas.

Talvez seja hora de aumentar as opções econômicas da nossa região para não ficarmos somente na dependência dos produtos eletrônicos, de informática e de motocicletas. Por que depois de 44 anos de ZFM e de quase 30 anos com o mesmo

grupo político não se pensou em outra atividade de desenvolvimento para a capital e o interior do Amazonas? Por que não temos fábrica para enlatar pescado e hoje somos obrigados a comprar sardinha enlatada de outros Estados? Por que não temos as maiores indústrias de barcos do Brasil? Por que não fabricamos medicamentos e não produzimos mais alimentos? Por que tudo vem de fora? Por que todas as nossas

riquezas não são revertidas em prol do povo, como o minério e o gás?

A Zona Franca de Manaus é um bom modelo. Temos que lutar para fortalecê-la e para que mais empresas se instalem na cidade. Mas

devemos fazer investimentos nas potencialidades naturais do Estado, neste momento em que a indústria dos tablets está sendo disputada, para que possamos ter empresas de beneficiamento de açaí, peixes, frutas, farinhas, turismo, navegação, medicamentos naturais, entre outros.

Vivemos numa região vasta e rica, com grande potencial de crescimento e de desenvolvimento. Temos o dever de ir além da ZFM!

**Temos que lutar
para fortalecê-la e
para que mais
empresas se
instalem na cidade**